

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CAMPUS DOIS VIZINHOS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ZOOTECNIA**

**DIEGO LUIZ RISSO**

**O PAPEL DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL NO  
MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO – PR.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DOIS VIZINHOS**

**2014**

**DIEGO LUIZ RISSO**

**O PAPEL DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL NO  
MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO – PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação,  
apresentado ao curso de Bacharelado em  
Zootecnia, da Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná, *campus* Dois Vizinhos, como requisito  
parcial para obtenção do Título Zootecnista.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Ms. Joice Ap<sup>a</sup>. Antonello.

**DOIS VIZINHOS**

**2014**



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Campus Dois Vizinhos  
Gerência de Ensino e Pesquisa  
**Curso de Zootecnia**



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**TCC**

### **O PAPEL DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO – PR.**

Autor: Diego Luiz Risso

Orientadora: Profa. Ms. Joice Aparecida Antonello

TITULAÇÃO: Zootecnista

APROVADO em 13 de Agosto de 2014.

---

Prof. Ms. Fernando Rodrigo Farias

---

Prof. Edimar Rodrigo Rossetto

---

Profa. Ms. Joice Aparecida Antonello  
(Orientadora)

Dedico este trabalho a minha família, que é a base da minha educação, sempre deu força e apoio nos momentos mais difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Aos meus pais, irmãos, e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À professora Joice Aparecida Antonello, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

*Não sou especialista em Brasil, mas  
uma coisa estou habilitado a dizer:  
não creiam que mão-de-obra barata  
ainda seja uma vantagem.*

## **RESUMO**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) contribuiu para a geração de um novo dinamismo para a agricultura familiar no Brasil, representando a superação da falta de crédito dos anos 1980 e 1990 para os pequenos estabelecimentos agrícolas. Logo, estudar a eficácia do crédito rural aplicados aos agricultores familiares da CRESOL de Salgado Filho, foi o que impulsionou essa pesquisa. O problema inicial é pensar se o modelo de crédito pode ser considerado instrumento de desenvolvimento ou se seria um meio de endividamento dos agricultores familiares. Para tanto, o objetivo geral é analisar os resultados produzidos pelo crédito rural no município de Salgado Filho, PR, mais especificamente, estudar a institucionalização do Pronaf e as suas possibilidades econômicas na agricultura familiar percebendo se o programa atende aos anseios dos agricultores familiares pensando à evasão dos jovens do campo e suas contradições por estar intrínseco ao modo de produção capitalista. A metodologia empregada na pesquisa constitui-se de levantamento bibliográfico de livros, jornais, revistas, teses e artigos, além de trabalho de campo com aplicação de questionários aos agricultores e agentes comunitários de Desenvolvimento de Crédito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pronaf, Cresol, desenvolvimento, agricultura familiar.

## **ABSTRACT**

The National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) contributed to the generation of a new dynamism for family farming in Brazil, accounting for overcoming the lack of credit in the 1980 and 1990 for small farms. Therefore, studying the effectiveness of rural credit to farmers applied the CRESOL Salgado Filho, was what drove this research. The initial problem is to think that the credit model can be considered a tool for development or whether it would be a means of indebtedness of farmers. Thus, the overall objective is to analyze the results produced by rural credit in the municipality of Salgado Filho, PR, more specifically, to study the institutionalization of Pronaf and its economic possibilities in family farming realizing that the program meets the expectations of the farmers thinking avoidance of rural youth and their contradictions to be intrinsic to the capitalist mode of production. The methodology employed in research constitutes a literature of books, newspapers, journals, theses and articles, in addition to field work questionnaires with farmers and community agents Development Credit.

**KEYWORDS:** Pronaf, Cresol, development, family farming.



## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO .....	10
1.1	INTRODUÇÃO .....	10
1.2	METODOLOGIA.....	11
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	13
2.1	O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR .....	13
2.1.1	O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO NO BRASIL 13	
2.2	O QUE É O CRÉDITO? .....	15
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR E A SUA RELAÇÃO COM O CRÉDITO .....	17
2.4	O FUNCIONAMENTO DO PRONAF – UMA BREVE ANÁLISE.....	18
2.5	A REPRESENTATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO CRÉDITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	22
3.	OS EFEITOS ESTIMULADORES DO PRONAF SOBRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SALGADO FILHO, PR. ....	25
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32
5.	REFERÊNCIAS.....	34
6.	ANEXOS.....	34

# 1 APRESENTAÇÃO

## 1.1 INTRODUÇÃO

Com a criação do Pronaf, a agricultura desenvolveu-se em uma nova dinâmica econômica, mesmo essa política de crédito apresentando contradições, se ele trás desenvolvimento para a agricultura familiar ou se é uma forma do agricultor endividar-se, que a impedem de ser ainda mais abrangente. Por isso, se faz necessário estudá-la e compreende-la a fim de perceber seus avanços e limitações.

O objetivo principal do trabalho é analisar o papel do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no desenvolvimento dos agricultores familiares associados à Cresol no município de Salgado Filho.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se estudar a institucionalização do Pronaf e as suas possibilidades econômicas na agricultura familiar percebendo se o programa atende aos anseios dos agricultores familiares pensando à evasão dos jovens do campo e suas contradições por estar intrínseco ao modo de produção capitalista.

A escolha pelo tema da pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a Cooperativa de Crédito e Interação Solidária (CRESOL) de Salgado Filho – PR, e nesse sentido compreender a origem, desenvolvimento, atuais configurações e possíveis tendências do cooperativismo e do Pronaf.

A pesquisa se estrutura em duas partes: a primeira trata, sucintamente, do aspecto histórico do Pronaf, mais especificamente, do período a partir da década de 1970, quando ocorrem movimentos importantes na economia e nos movimentos sociais que condicionaram a institucionalização do Pronaf. Na segunda parte foi verificado se o Pronaf é relevante para o desenvolvimento dos agricultores de Salgado Filho e se o acesso ao crédito está proporcionando alterações na estrutura produtiva dos agricultores familiares associados a Cresol.

## 1.2 METODOLOGIA

O método utilizado na pesquisa é o materialismo histórico, pois se pretende entender a realidade dos agricultores familiares de Salgado Filho, a partir de suas condições materiais. O termo “desenvolvimento” utilizado na pesquisa remete-se a crescimento econômico, assim, levanta-se a hipótese de que o Pronaf proporciona desenvolvimento econômico ao expandir as possibilidades de crédito para outros segmentos como cooperativas e associações ligadas a agricultura familiar.

A definição de “desenvolvimento” neste trabalho está atrelada a renda, porém, considerando a diversidade social, cultural e econômica do município de Salgado Filho, sudoeste do Paraná, avaliando como os recursos da cooperativa impactam na vida dos associados (nas dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais). Nesse mesmo patamar de análise, busca-se analisar se a cooperativa, que se preocupa com os “outros”, desenvolve programas educacionais, produtos, serviços e demais ações para contemplar as camadas de baixa renda, já que o papel do cooperativismo de crédito é combater à pobreza e à desigualdade social construindo novas formas de sociabilidade e de alternativas econômicas face à lógica de mercado, mas com garantias sustentáveis.

Os procedimentos metodológicos consistem em aplicação de questionário com os agricultores que estão associados à CRESOL de Salgado Filho há cinco anos (tempo relativamente conveniente para se verificar mudanças na estrutura econômica da propriedade). O questionário fora aplicado em um total de 20 famílias associadas desde 2008. O questionário (apêndice I) aplicado aos agricultores foi realizado com perguntas abertas e fechadas.

Para a realização das entrevista foi utilizado veículo (particular), roteiro de entrevista e mapa de localização das propriedades. As questões foram distribuídas conforme 10 eixos: característica do estabelecimento, do responsável pelo estabelecimento, da condição e estrutura familiar, das condições para produção, da comercialização da produção e da compra de insumos diversos, da obtenção de recursos financeiros, assistência técnica e social, dos custos da produção por safra e da associação à cooperativa.



## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

#### 2.1.1 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO NO BRASIL

Na Europa, no final do século XVIII, o cooperativismo aparece como um mecanismo prático pelo qual coletivamente os assalariados buscavam alternativas de sobrevivência diante da crescente exploração estabelecida pelos burgueses, que, em vez de melhorar os salários e as condições de vida, diminuindo, assim, as greves.

Portanto, o cooperativismo não é originário dos primórdios da humanidade e o ato de cooperar não é um traço natural do homem. As experiências cooperativas e associativas relatadas nos períodos mais remotos da história, são manifestações características do homem enquanto ser social. Contudo, o cooperativismo é um movimento de luta social resultante das consequências do liberalismo econômico do século XVIII e XIX, que buscava formas alternativas para qualificar a vida da classe trabalhadora. Foi estruturado a partir dos princípios de Rochdale, atualmente em desuso devido a perda do espírito e organização cooperativista, já que muitas cooperativas comportam-se como empresas privadas (COSTA, 2007).

Nesse sentido, Costa (2007) ressalva que a cooperação é a ação conjunta com vista ao mesmo objetivo; o cooperativismo remete um sistema, uma doutrina, uma ideologia. A cooperativa, assim, é uma entidade ou instituição em que as pessoas cooperam com a mesma finalidade.

O cooperativismo é, portanto, um movimento social produzido em um determinado período histórico do capitalismo, mais precisamente, quando capital e trabalho atingem um alto nível de conflito revelando a precariedade nas condições de vida dos trabalhadores, constituindo uma alternativa dentro do sistema e não ao sistema. Na Europa isso se dá a partir do século XVIII e no Brasil inicia-se ao final do século XIX.

O sistema cooperativista no Brasil, mais especificamente no Sudoeste do Paraná, tem suas raízes da imigração europeia, basicamente constituída de italianos e alemães, que migraram pela oferta de terra e trabalho tanto no campo como na cidade (ABRÃO, 2012). Explica a autora, que a imigração eleva o contingente populacional e provoca no Brasil “problemas sociais semelhantes aos ocorridos na Europa, submetendo os trabalhadores brasileiros aos mesmos efeitos do capitalismo” (ABRÃO, 2012, p. 113). Mesmo assim, o cooperativismo nasce com a marca da elite numa economia agroexportadora.

É com o intento de melhorar a inserção no mercado que, ao final do século XIX e início do século XX, introduz-se o cooperativismo no Brasil, inspirado nas cooperativas de crédito dos pequenos agricultores europeus. Surge então, como uma forma de organização econômica coletiva de pequenos agricultores no Sul do Brasil, constituída em 28 de dezembro de 1902, no município de Nova Petrópolis no estado do Rio Grande do Sul a primeira cooperativa de crédito brasileira a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad ainda em atividade sob a sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis.

Uma cooperativa é, portanto, uma instituição em que as pessoas cooperam com a mesma finalidade. No caso das cooperativas de crédito, o objetivo maior está no atendimento às demandas de serviços e produtos financeiros, de forma que supram as necessidades de crédito e poupança de seus associados. Embora o foco seja financeiro, todas as cooperativas estão inseridas numa base social. Logo, pressupõe-se que a meta seja o equilíbrio entre o econômico e o social, por isso o interesse é a comunidade local, a formação, informação, a educação continuada etc.

Falar de inclusão social é falar também de inclusão financeira, ou seja, promover a inserção daqueles que, por algum motivo, estão fora ou apresentam dificuldades para se inserir no mercado. Para que isso aconteça, criam-se no Brasil quatro sistemas distintos de cooperativas de crédito: o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), o Sistema Unicredi Brasil (UNICREDI) e o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com interação Solidária (CRESOL).

Esses sistemas de crédito diferem entre si quanto à concepção ideológica, arranjos institucionais e modelos gerenciais, sendo que, os três primeiros, se aproximam muito da cultura bancária. Búrigo (2006), relata que o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, no caso da CRESOL,

representam a consolidação de um novo modo de funcionamento de cooperativas de crédito no Brasil, o que Pinho (2004) denomina de “vertente solidária”. Trata-se de uma tentativa de recuperar o potencial do cooperativismo de crédito junto aos segmentos sociais menos favorecidos e / ou marginalizados. Porém, essa organização nem sempre é protagonizada por pessoas excluídas economicamente ou que vivam em situação de pobreza.

Uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para o seu quadro social, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas que integram aquele segmento, como também busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões (social, cultural, política, etc.). A cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento à sua missão estratégica (BURIGO, 2006, p. 21).

O cooperativismo solidário de crédito surgiu na década 1990 e, desde o início, esteve direcionado para o espaço rural, embora atenda alguns segmentos urbanos. O propósito é a participação ativa dos associados na gestão, democratização das linhas de crédito e valorização da agricultura familiar, que mesmo com sua magnitude econômica e importância social, é um setor que sempre esteve às margens das políticas públicas, mas que passa a obter reconhecimento a partir da década de 1980, principalmente, pelos debates acadêmicos e pressão dos movimentos sociais, resultando, dentre outras conquistas, na primeira linha de crédito: o PRONAF.

## **2.2 O QUE É O CRÉDITO?**

Perante o sistema financeiro, crédito lembra dinheiro. A definição de dinheiro está associada a sua representatividade na sociedade: capital e / ou mercadoria.

Como capital, o dinheiro remete a ideia de que, quem o possui produz mais dinheiro, capitalizando-se. Como mercadoria, ele simboliza o valor atribuído a ela sendo um facilitador da sua circulação.

Logo, o crédito pode ser definido como “dinheiro que representa capital e mercadorias” (SANTOS, 2000, p. 71). Mas quem atua com esta ferramenta?

Os bancos tem a função estratégica de capitalizadores, isto porque, acumulam capitais através de empréstimos de dinheiro cobrando taxas de juros elevadas a fim de gerar lucro. Por isso, a função de uma cooperativa de crédito de agricultura familiar é utilizar o dinheiro na sua forma de mercadoria (crédito rural), para facilitar ao agricultor a utilizá-lo de forma barata, onde as taxas de juros sirvam para o pagamento dos serviços de operacionalização e nunca como meio de capitalização.

Neste sentido, o PRONAF é, perante o Estado, um facilitador do “desenvolvimento” entre os agricultores, porém, não representa somente mercadoria, isso porque é produto de uma história de lutas das camadas populares que sempre estiveram às margens das políticas públicas e que, portanto, nunca tiveram acesso a esse instrumento que potencializa o “desenvolvimento”, mas que deve ser administrado como construção e consolidação de identidade e nunca como capital especulativo.

Nesse contexto, o “desenvolvimento” representa mudanças, melhorias, crescimento da renda e significa progresso social sustentado por ações políticas de cunho econômico frente à expansão industrial. Em outras palavras, o desenvolvimento é relativo à qualidade de vida no campo, qualidade a um setor da sociedade que sempre esteve às margens de um processo de mudança econômica; desenvolvimento como promoção de melhorias na alimentação, no trabalho, na escola, na assistência médica, na moradia, na mobilidade campo-cidade, no acesso à tecnologia, à assistência técnica, ao crédito, ao mercado etc.

Neste sentido, a criação do PPRONAF é um acontecimento muito importante para o “desenvolvimento” da agricultura familiar e das cooperativas no Sudoeste do Paraná. No período de intensificação da modernização da agricultura, na década de 1970, o crédito foi o principal agente do desenvolvimento não só de alguns agricultores, mas, sobretudo, das cooperativas. Tanto é que em 1990, período de escassez desse recurso, ambos sofrem o mesmo processo de recessão, assim como toda economia nacional. Somente no ano 2000 é que as políticas de financiamento retomam sua importância nas políticas de governo com elevação de recursos e criação de programas de desenvolvimento local, regional e nacional (PADILHA, 2014).



Concorda-se com Padilha (2014) quando afirma que, no caso do Sudoeste do Paraná e de Salgado Filho obviamente, o crédito possibilitou os investimentos das cooperativas de modo geral, mas principalmente, no aumento da capacidade produtiva, da armazenagem, da produtividade e da integração agroindustrial.

### **2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E A SUA RELAÇÃO COM O CRÉDITO**

Para Santos (2000, p. 73), a importância do Pronaf pode ser trabalhada a partir de duas perspectivas: “a legitimação da cidadania da agricultura familiar e do modelo de desenvolvimento fortalecido pelo crédito”.

Não se deve com isso legitimar a agricultura familiar como estratégia para o desenvolvimento do país, haja vista, que as políticas públicas para o setor remetem a uma questão social de combate à pobreza ou a uma economia de abastecimento interno com baixo custo para o Estado dentro de uma política de exclusão e evasão dos menos eficientes, tal como demonstra Alves e Rocha (2010) no artigo “Ganhar tempo é possível?”.

O Pronaf fortalece o crédito rural amarrando as pessoas no sistema financeiro, pois, juntamente com o Pronaf, acabam adquirindo outros produtos, como seguros, talão de cheques, cartão de crédito, dentre outros produtos oferecidos pelas cooperativas.

Até 1966 (não que depois desse período haja uma mudança homogênea) o agricultor plantava para a subsistência da família, comercializava a sobra ou excedente, sem vínculo com crédito, o processo produtivo era autossuficiente, a fertilidade do solo era natural com uso de força de trabalho manual potencializada pela tração animal.

Em 1964 é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, que consiste em um instrumento de incentivo à produção, investimento e comercialização agropecuário regido por normas, desde suas fontes, até a aplicação e fiscalização. No Brasil, a criação desse sistema serviu de base para o desenvolvimento do complexo agroindustrial (FARIAS, 2010).

Entre 1966 a 1982, o sistema de produção da agricultura familiar que se embasava na fertilidade natural estava em crise. A modernização através da

“Revolução verde” oferece como alternativa o calcário, a adubação química, sementes híbridas, raças melhoradas geneticamente, máquinas e implementos agrícolas, agrotóxicos e o dinheiro para financiar isso tudo.

Aqueles que possuem recurso próprio e acesso ao crédito incorporam o “novo” modelo agrícola; os demais herdaram a agricultura do custo, da dívida e da dependência tecnológica (SANTOS, 2000). A crise de fertilidade não é resolvida, pelo contrário, a necessidade de adubo e veneno é cada vez maior. De 1983 a 1995 acentua-se o processo de exclusão do período anterior, com isso a organização dos agricultores familiares cresce, e, em 1994, a partir do I Grito da Terra Brasil, cria-se o Programa de valorização do Pequeno Agricultor (PROVAP) abrindo uma brecha nas políticas públicas, e, em 1995, no II Grito da Terra Brasil, conquista-se o PRONAF custeio. No III Grito da Terra as taxas de juros são reduzidas de 12% para 9% que no IV Grito da Terra cai para 6,5% e ainda institui-se o Pronaf especial ou, pronafinho (SANTOS, 2000).

Nesse período nem 20% dos agricultores tem acesso ao crédito, por isso a pressão popular continua e espaços vão sendo conquistados, como modelos de desenvolvimentos alternativos, ecológicos, agroecológicos e sustentáveis, num momento, em que, as taxas de juros e custos da produção são elevadas e a renda do produtor está muito baixa.

Por outro lado, conforme afirma Padilha (2014) até fins da década de 1980, as cooperativas estão em expansão (horizontal e vertical), aumentando a área de atuação e adentrando na produção agroindustrial.

## **2.4 O FUNCIONAMENTO DO PRONAF – UMA BREVE ANÁLISE**

O Crédito no desenvolvimento da agricultura representa a integração entre agricultura e indústria. Consoante a Farias (2010, p. 14-13), “as culturas anuais (produção de grãos) formam a base produtiva de todo um conjunto que envolve desde a indústria produtora de fertilizantes, defensivos, combustíveis, setor terciário (serviços), produção de carnes e capital ocioso”. O Pronaf, embora para Santos (2000) seja a expressão da organização dos agricultores familiares na luta pelo

crédito, para Farias (2010) representa a liquidez financeira no setor agroindustrial e o custeio das culturas anuais.

O Pronaf é um programa governamental criado pelo decreto nº 1.946, de junho de 1996, com a finalidade de apoiar financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias do produtor rural e sua família, com o intuito de, aumentar a produção, a produtividade, o uso de mão-de-obra e a renda via contratos de custeio e investimento de forma individual ou coletiva a partir do emprego de inovação e tecnologia.

De início era organizado por grupos A, B, C e D, atualmente, 18 anos depois, é organizado por valores de financiamento e, aos poucos, vai sendo adequado à realidade agrária brasileira, e, assim, se tornando um programa para o desenvolvimento da agricultura, embora, com traços de uma política de combate à pobreza no espaço rural, pois o volume de recursos destinado à agricultura familiar ainda é baixo se comparado ao empregado à agricultura convencional.



**Gráfico 01 – Evolução histórica do PRONAF em Bilhões de reais**  
 Fonte: portal.mda.gov.br

Ao longo dos anos, a inserção do Pronaf nos municípios vem sendo ampliada. Em 2000 ele abrangia 3.403 municípios e o montante disponibilizado era de 3 bilhões de reais; em 2008 foram atendidos 5.379 municípios (aumento de 53%) e o montante atingiu 12 bilhões de reais. Em 2011 são 16 bilhões, mas, conforme se percebe, nem todo recurso é utilizado.

Em função da sua intervenção local, o Pronaf é um dos principais instrumentos de política agrícola. No quadro 01 é possível perceber que se divide em diferentes linhas de financiamento nas modalidades de custeio e investimento conforme o valor de cada financiamento e propósito.

<b>Linhas de crédito</b>	<b>Finalidade do financiamento</b>
Pronaf Custeio	Atividades agropecuárias e de beneficiamento, industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros;
Pronaf Investimento (Mais alimento)	Implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não, no tanto no estabelecimento como em áreas comunitárias próximas;
Pronaf Agroindústria	Investimentos em infraestrutura para beneficiamento, processamento e comercialização da produção de produtos agropecuários, florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
Pronaf Agroecologia	Investimentos da produção agroecológica ou orgânica – implantação e manutenção;
Pronaf Eco	Investimento de técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente;
Pronaf Floresta	Investimentos de agroflorestas; exploração extrativista, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
Pronaf semiárido	Investimentos no semi-árido priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação e modernização da produção e serviços agropecuários ou não.
Pronaf Mulher	Investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
Pronaf Jovem	Investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
Pronaf Custeio e comercialização	Destinada aos agricultores, cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf cota-parte	Investimento para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
Microcrédito rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida.

**Quadro 01: modalidades de financiamento e finalidade do Pronaf**

Fonte: MDA, Plano Safra 2013/2014.

Simplificar o programa e desburocratizá-lo é muito mais importante que criar mais linhas de crédito. Além do Pronaf, atualmente, o MDA disponibiliza os programas de garantia de safra, garantia de preços, seguro, aquisição de alimentos, turismo rural, assistência técnica e extensão rural (por meio do Departamento de

Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar DATER/SAF) e assessoria técnica, social e ambiental à Reforma Agrária (via Incra).

O Sistema Nacional de Crédito Rural gera uma padronização, em termos de taxa de juros, prazos e carências das mercadorias agrícolas brasileiras.

Para operar, o crédito rural precisa de recursos que são obtidos através de fontes de custeio internas e externas destinadas a investimento ou comercialização. Os custeios costumam cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos - da compra de insumos a colheita. O crédito investimento é aplicado a bens ou serviços duráveis. O produtor pode pleitear essas modalidades como pessoa física ou jurídica. A oferta de linhas de créditos para investimentos conta com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, conhecidos respectivamente como FCO, FNO e FNE.

Toda a política agrária de crédito rural é aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, que deve avaliar a origem e dotação dos recursos a serem aplicados. Ao Banco Central compete dirigir, coordenar e fiscalizar o crédito rural, logo, trata-se do órgão que controla o Sistema Nacional de Crédito.

O Pronaf surge com o intuito de amenizar os conflitos por Reforma Agrária, primeiramente e posteriori como indutor de crescimento econômico. Diminuindo as pressões intensificam-se as relações capitalistas na agricultura. O Pronaf não chega ao agricultor de forma isolada, mas apoiado há várias organizações que o levam ao acesso massificado e uso eficiente. Sua função é estimular as atividades econômicas, e, são aí, que se podem verificar as contradições existentes. O uso do recurso acaba sendo menos importante que o fato de serem capazes de produzir renda suficiente para devolver o empréstimo.

O Pronaf visa interferir na organização produtiva dos estabelecimentos familiares, logo, o crédito só chega às famílias que possuem o mínimo de condição para pagá-lo. Os requisitos são: Ser Agricultor familiar, não ter área superior a quatro módulos rurais, a mão-de-obra deve ser familiar, a renda deve ser na sua maioria, oriunda das atividades econômicas realizadas no estabelecimento que deve ser dirigido pela família.

## 2.5 A REPRESENTATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO CRÉDITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na década de 1960 intensifica-se o setor agrícola brasileiro a partir da modernização da agricultura e da inserção do pacote tecnológico da Revolução Verde. As alterações nas bases técnicas da agricultura se deram consolidadas ao Complexo Agroindustrial (CAI), que é totalmente dinamizado em 1970 com o Sistema Nacional de Crédito Rural impulsionando o uso de fertilizantes e agroquímicos, inserindo o país a uma economia globalizada. Os avanços tecnológicos na agricultura desencadearam a transferência da população do rural para o urbano e “a criação do complexo agroindustrial formalizou a existência de um mercado consumidor interno alavancado sob o processo da divisão social do trabalho” (FARIAS, 2010, p.9), a partir da oferta de bens de produção, criando as condições necessárias para o desenvolvimento do país.

No Sudoeste, por exemplo, o crescimento das cooperativas teve inúmeros desdobramentos nas mudanças espaciais ocorridas na região. O aumento no número de armazéns e agroindústrias, o comércio e processamento de grãos e a distribuição de insumos e tecnologias tiveram importante influência sobre as mudanças produtivas na modernização das propriedades rurais, na circulação de produtos, na geração de empregos e na relação da região com os demais lugares do país e do mundo (PADILHA, 2014, p.15).

O Sistema Nacional de Crédito Rural é, assim, uma forma de captar os excedentes financeiros, permitindo ao Estado financiar e estimular a expansão do crédito rural a juros negativos. Trata-se da financeirização dos meios de produção produzidos na indústria, localizada nas cidades.

Nesse contexto, a associação de agricultores em cooperativas são formas de organização da produção econômica que se inserem num conjunto de estratégias e reproduções sociais dos agricultores familiares. Essa forma de organização se tornou importante devido à exclusão gerada pela hegemonia de cooperativas agrícolas que passaram a adotar um modelo de gestão empresarial pautada no

*Pacote Tecnológico da Revolução Verde* tendo como base o Crédito Rural subsidiado.

O foco das cooperativas agrícolas foi à produção de *commodities*, por isso se sobressaíram à crise da década de 1980 conforme trabalhada por Farias (2010). Consoante ao autor, os pequenos agricultores, diante da limitação produtiva de terra e capital, são excluídos do conjunto de cooperados “adequados” ao projeto de modernização agrícola.

Na década de 1990, a participação dos agricultores numa organização coletiva resulta na integração dos pequenos agricultores às políticas públicas formando um mercado autônomo que detém a “produção”, a “gestão” e usufruem das “riquezas” que são produzidas coletivamente.

Porém, analisando as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do campo, percebe-se que o cooperativismo tem sido induzido pelo Estado e não por uma organização em que a gestão se dá na base e na participação como autonomia. Na medida, em que, o Estado cria as políticas de crédito, ele o amarra às cooperativas e associações. Esse processo impede que se forme uma identidade da “produção familiar” e fragmenta as organizações associativistas de agricultores, pois passam a disputar entre si os recursos públicos.

Quando comparado com a agricultura empresarial, os gastos do Governo com agricultura familiar não coincidem com a expressividade numérica que esse setor gera em postos de trabalho e em alimentos para abastecer o mercado interno. O Plano Agrícola e Pecuário e o Plano Safra de 2013/2014 destinaram 175 bilhões de reais para financiar a agricultura brasileira. Deste montante, 136 bilhões – o equivalente a 78% - foi destinado à agricultura empresarial e 39 bilhões – 22% - para a agricultura familiar. E se fosse comparado o índice de inadimplência entre essas categorias, quem se sobressairia?

A partir desses valores, percebe-se a desigualdade social dos segmentos do campo no Brasil, ainda mais quando o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 aponta que a agricultura familiar é responsável por 74% da mão de obra ocupada e 70% da produção de alimentos, isso tudo ocupando uma área equivalente a 24% das terras de todo o país. Já a agricultura empresarial, com 76% das terras, emprega 26% e produz 30% dos alimentos.

Se a organização da agricultura familiar for maior, não haverá necessidade de submissão a uma disputa por recursos escassos, embora o cerne do problema

está na própria existência do MDA e no Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento (MAPA) que fazem a distribuição orçamentaria de forma desigual.

Os agricultores familiares precisam construir novas formas de participação dentro das organizações para assim conseguir influenciar no formato das políticas públicas para o desenvolvimento rural.

No processo de modernização da agricultura a produção no campo mudou sua forma de atuação. Antes, produzia-se mercadorias (M), que eram trocadas por dinheiro (D) para obter mais mercadorias (M'). Posteriormente, com a ampliação e reprodução do capital, a lógica é aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M), para obter mais dinheiro (D') (GONÇALVES, 2005).

Logo, o crédito é primordial na atividade agrícola, pois impulsiona a cadeia produtiva, por isso, o Pronaf vem sendo ampliado horizontalmente. Ao longo de seus 18 anos, seus efeitos são positivos na redução da pobreza, mas se faz necessário simplificá-lo e desburocratizá-lo para que possa servir como ferramenta para a redução das desigualdades e a erradicação da pobreza no campo. Por isso, a participação dos agricultores na articulação das organizações sociais e sindicais do campo é de extrema importância.



### 3. OS EFEITOS ESTIMULADORES DO PRONAF SOBRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SALGADO FILHO, PR.

O município de Salgado Filho localiza-se na Região Sudoeste do Paraná (Figura 01). A mesorregião Sudoeste paranaense é uma das dez mesorregiões do estado do Paraná. O Sudoeste paranaense é formado por três microrregiões: Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. No total, são 42 municípios que integram a mesorregião.

O município de Salgado Filho (em destaque no mapa), pertence a microrregião de Capanema. O nome do município é em homenagem ao Deputado Federal, Ministro do Trabalho, Ministro da Aeronáutica e Senador pelo estado do Rio Grande do Sul, Joaquim Pedro Salgado Filho.



**Figura 01: Localização da área de estudo**

**Base cartográfica: AMSOP, 2010.**

**Organização: Diego Luiz Risso, 2014.**

Sua colonização deu-se por descendentes de italianos, alemães e poloneses, na sua maioria, migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 1940 pela política “Marcha para Oeste.

A base econômica do município é agrícola, em que predomina a organização familiar. O saber dos agricultores e a qualidade dos produtos chamam atenção dos consumidores regionais, merecendo destaque: o milho, o feijão, a soja, o fumo, as frutas, os ovos, o trigo, a uva, as aves, os bovinos, os suínos, os ovinos, os caprinos e as agroindústrias. No setor industrial se destaca os setores de móveis, confecções, farinha e produtos agro industrializados.

Devido ao sistema produtivo familiar, a forma de organização dos agricultores em cooperativas é um elemento forte não somente em Salgado Filho, mas no Sudoeste do Paraná como um todo.

Na agricultura familiar a unidade de exploração corresponde a uma unidade em que a produção, a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados e a base econômica. Está baseada na maximização das receitas e diminuição dos custos ou dos interesses mercantis.

Nesse sentido, não obstante ao violento processo de êxodo rural e de urbanização, a agricultura familiar possui ainda uma importância estratégica em termos de desenvolvimento nacional, tal como pode-se observar no artigo “ganhar tempo é possível” do Zander Navarro.

Em 1952, Salgado Filho era distrito de barracão sendo emancipado em 1964. Culturalmente é formado por descendentes de alemães e italianos, com uma estimativa de 4.403 habitantes (IBGE, 2011). Essa característica fez com que o município se desenvolvesse na produção de vinhos, queijos e embutidos. Segundo pesquisa o senso demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, Salgado Filho tinha boa parte de seus habitantes residindo no espaço urbano: 2.254 pessoas, o equivalente a 51,19% - e 2.149 pessoas ocupadas no espaço rural – 48,81%, o que mostra a importância do setor agropecuário para o município.

A pesquisa a campo demonstra que a forma de acesso ao lote, na sua maioria, ainda se dá por compra, tal como demonstra o quadro 02. Em dois casos, somente, partes dos estabelecimentos foram adquiridas por herança, tendo estes, com o tempo, incorporado via compra, outras áreas que são gerenciadas pela família.

Formas de acesso ao lote	Total de estabelecimentos
Doação do pai ou sogro	7
Compra	11
Herança	4
Cedido	1

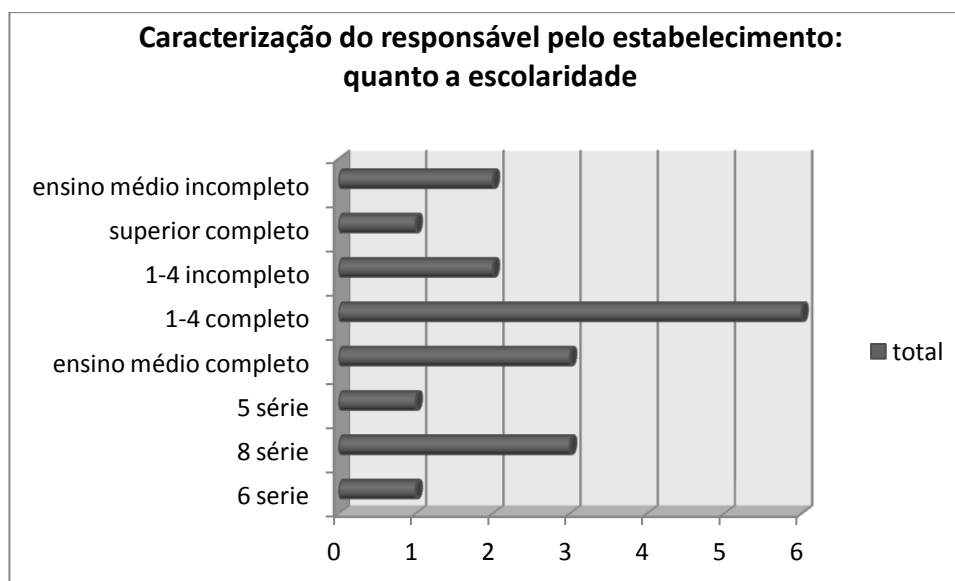
**Quadro 02 – Formas de acesso ao lote**  
**Fonte: pesquisa de campo, 2014.**

Dos 20 estabelecimentos, somente um é administrado por mulher, resquícios culturais de um modelo de organização patriarcal. Outra característica dos responsáveis pelo estabelecimento é o casamento. São famílias, provenientes do espaço rural, na sua maioria oriundos dos municípios de Flor da Serra e Salgado Filho, com o predomínio de menos de 3 filhos por casal, residindo em Salgado Filho a mais de 20 anos. São pessoas com idade entre 31 a 40 anos (total de 5), de 41 a 60 anos (total de 10), menos de 30 (total de 1) e mais de 61 (total de 3). Esse dado, revela a preocupação que se tem atualmente em um dos temas da questão agrária, que é, justamente, o envelhecimento do homem do campo, tanto é que, dos entrevistados, somente um estabelecimento é gerenciado por jovem. A migração dos jovens do campo é um fato que precisa ser tomado como pauta de pesquisa atualmente, pois trata-se do futuro da agricultura familiar.



**Gráfico 02: Caracterização dos responsáveis pelo estabelecimento.**  
**Fonte: Pesquisa a campo, 2014.**

Outra característica é quanto à escolaridade, tal como demonstra o gráfico 3. A maioria dos agricultores só tem até a 4ª série. São pessoas que, quando jovens, tiveram origem socioeconômica desfavorecida com relação às de origens em áreas urbanas, tanto do ponto de vista de recursos financeiros como do ponto de vista de capital cultural e humano disponível no lar. Esses trabalhadores tiveram grandes dificuldades de dar continuidade aos estudos da 4ª para a 5ª série. Por conseguinte, embora o acesso às escolas atualmente sejam melhores e haja a inserção da tecnologia urbana no rural (computadores, celulares, acesso à internet etc.), o capital cultural ainda é limitado (embora sejam pessoas extremamente inteligentes). Mesmo assim, caracterizam-se como excelentes administradores, afinal, em meio às contradições do capitalismo, mantiveram seus estabelecimentos e, em alguns casos, com aumento da área, arrendamento de outras áreas (3 casos) e aquisição de lotes urbanos (4 casos).



**Gráfico 03: Caracterização do responsável pelo estabelecimento: quanto à escolaridade**  
Fonte: pesquisa de campo 2014.

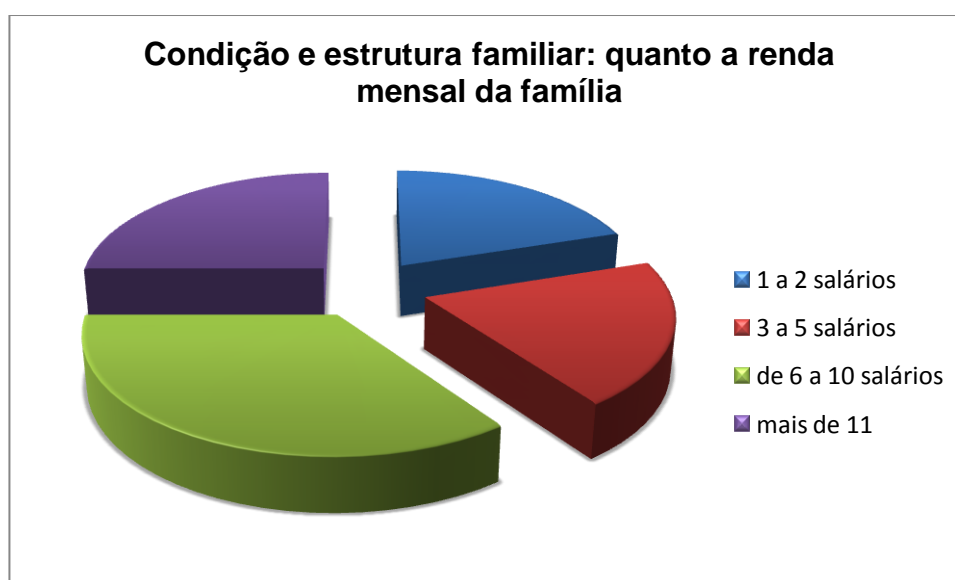
A participação da mão-de-obra familiar é muito importante para a renda. O trabalho da mulher é absorvido tanto nas atividades domésticas, quanto nas do estabelecimento: uma dupla jornada de trabalho. As crianças e jovens quando não

estão na escola, participam das atividades nos aviários, estrebarias, granjas de suínos, no cultivo dos grãos etc.

Um dos elementos que fazem com que as famílias, mesmo diante de todas as dificuldades principalmente, econômicas, permaneçam no campo é a renda.

A renda familiar é obtida com base no salário mínimo - R\$734,00. Observa-se que 35% das famílias (7 estabelecimentos) obtêm uma renda mensal de 6 a 10 salários mínimos. Considerando uma família com quatro integrantes, seria o equivalente a R\$ 1.800,00 por pessoa. Uma renda relativamente boa se comparada às condições de custo de vida na cidade.

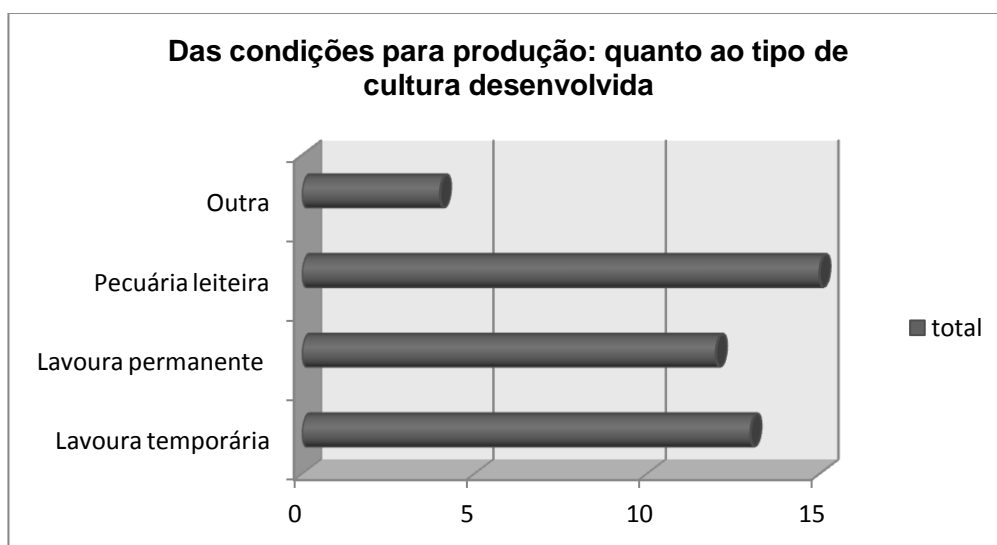
Claro que, considerando os investimentos em infraestrutura, maquinário e implementos, essa renda já está toda comprometida. Mas o que se observa nas entrevistas é que, realmente, o Pronaf tem servido de capital de giro para os agricultores e tem significado melhoria na renda familiar, principalmente quando este é orientado para o investimento, tanto que, nas propriedades mais tecnificadas, a renda mensal é superior a 11 salários mínimos. Mesmo assim, o número de famílias com renda entre 1 a 5 salários mínimos é alto, estando, portanto, mais vulneráveis as oscilações de mercado.



**Gráfico 04: Condição e estrutura familiar: quanto à renda mensal da família**  
Fonte: pesquisa de campo, 2014.

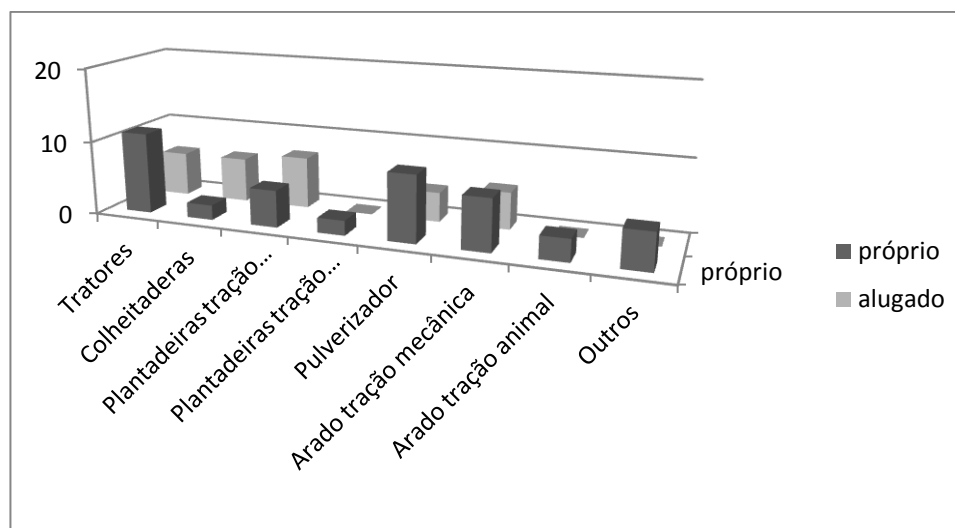
As culturas desenvolvidas nos estabelecimentos foram enquadradas em 4 variedades. O leite é característico em praticamente todos os estabelecimentos, em virtude desse dado, nas lavouras temporárias predomina o cultivo do milho para silagem, mas há também, o cultivo de soja e trigo. Outra atividade muito praticada no município é a produção de uva, sendo o principal cultivar das lavouras permanentes. A fruta é consumida in natura, mas também comercializada como vinho. Nas outras culturas, enquadram-se a avicultura, a piscicultura, a suinocultura e o reflorestamento por eucaliptos. Na maioria dos casos, todas essas atividades são realizadas nos estabelecimentos, pois quando uma atividade não se viabiliza, outra acaba suprindo a demanda do estabelecimento.

No gráfico 05 e 06, pode-se observar um reflexo de como o crédito é fator determinante para impulsionar a produção em Salgado Filho.



**Gráfico 05: das condições para produção: quanto ao tipo de cultura desenvolvida.**  
**Fonte: trabalho de campo, 2014.**

As atividades produtivas são mantidas e ampliadas via PRONAF, tanto é que, todas as propriedades mantêm, no momento, algum tipo de financiamento via PRONAF. Esse dado é significativo quanto ao número de máquinas e implementos próprios e alugados entre agricultores pesquisados.



**Gráfico 06 – Das condições da produção: quanto a disponibilidade de máquinas e implementos**  
**Fonte: Trabalho de campo, 2014.**

No município de Salgado Filho, percebe-se que ocorre a instrução aos associados das cooperativas agropecuárias para que façam o financiamento junto às cooperativas de crédito. Nesse sentido, a CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidário) é uma das instituições amplamente utilizadas na região para o financiamento agrícola, principalmente dos pequenos produtores via PRONAF.

Assim, o crédito voltado aos produtores agrícolas via CRESOL é importante para garantir a produção e investimentos no campo em Salgado Filho. Investimentos na pecuária leiteira e de corte, na criação de suínos e aves, na fruticultura etc. tem transformado nas últimas duas décadas a paisagem do campo e a relação do agricultor com o mercado. Parece ser um segundo momento do processo de modernização da agropecuária brasileira em que as cooperativas pela política central do crédito, constituem na base do processo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas, políticas, culturais e ambientais que ocorreram a partir da ocupação efetuada na região Sudoeste do Paraná, isto é, a partir de 1940, mudaram as relações de trabalho e de convívio social, principalmente a partir da consolidação dos complexos agroindústrias do fumo, de frangos, do leite e de suínos. O “tempo” ampliou as escalas de interdependência das relações econômicas, políticas e culturais entre campo e cidade, e destes com o todo. Isso ocorre em todos os lugares, e não é diferente no município de Salgado Filho. Porém, com níveis de intensidade diferentes. Assim, alguns lugares desenvolvem-se mais rápidos que outros.

A pesquisa de campo mostrou que o Crédito via Pronaf inseriu ainda mais os agricultores no sistema financeiro, resultando em alterações significativas nos estabelecimentos rurais. Dos 20 questionários aplicados, somente em dois os produtores disseram não ter nenhum financiamento, os demais fazem uso do recurso. Os valores financiados variam de R\$ 7.000,00 a R\$ 300.000,00. De modo geral, os produtores consideram o Pronaf como importante recurso para manter a produção do estabelecimento principalmente como capital de giro.

Porém, conforme pode-se observar, desde a década 1960 o capital financeiro é usado estrategicamente para controlar a produção no campo determinando avanços (desenvolvimento) dos complexos agroindustriais e isso tudo via cooperativismo incentivando a produção de insumos, máquinas, equipamentos, pesquisa, tecnologia etc.

Contudo, todo esse processo é alavancado pelo Estado que pulveriza a modernização agrícola disseminando o capitalismo no campo via crédito, direcionando recursos via BNDES, BRDE e BB para investimentos em áreas específicas, não apenas por uma questão social de que o avanço da indústria, agroindústria e agropecuária são necessárias para recuperar a economia nacional, mas sobretudo por questões econômicas de soberania nacional, já que, conforme aponta Padilha (2014), as cooperativas são as empresas com maior competitividade na agropecuária brasileira.

O crédito é trabalhado pela Cresol (e pelas políticas públicas e todas as cooperativas em si) como elemento de combate às desigualdades. Percebe-se que



os agricultores vem tendo impactos significativos em suas vidas, mas o Pronaf não pode ser tratado como sinônimo de desenvolvimento, pois não diminuiu a desigualdade.

Numa expansão horizontal construiu-se agroindústrias, aviários, galpões, granjas, fazendas etc. A lógica é que com dinheiro (crédito) o pequeno agricultor acredita que vai produzir mais dinheiro. Porém, numa expansão vertical, o crédito serve como capital de giro, a migração do campo ainda é crescente, a quantidade de trabalho aumentou e para poder quitar os empréstimos e investimentos, a indústria detém o controle sobre a produção de insumos, sementes, carnes dentre outros; as cooperativas são concorrentes entre si e com o mercado industrial, diante disso tudo, os momentos de ócio diminuíram, etc.

O Pronaf é uma ótima ferramenta para os produtores rurais, proporcionando uma evolução tecnológica muito rápida fazendo com que adquiram equipamentos caros que podem se viabilizar com o acréscimo na produção e que os produtores talvez levariam anos para poder adquiri-los sem o crédito, porém, não basta um projeto técnico de viabilidade econômica para liberação do recurso, seria aconselhado também um projeto de acompanhamento técnico da unidade de produção. Por falta de conhecimentos técnicos, muitas vezes o projeto é viável, mas durante o desenvolvimento da atividade o investimento pode não gerar o desenvolvimento previsto. Por exemplo, em um projeto para aquisição de vacas leiteiras é preciso observar se o produtor possui pastagem, porém, pode ocorrer de nos anos subsequentes ele não fazer o manejo dessa pastagem e isso lhe causará um déficit na produção, podendo fazer com que sua produção não seja viável para cumprir com sua parcela junto a credora, causando assim um endividamento.

É notório a satisfação dos produtores, pois estão agregando mais valor aos produtos já que os investimentos feitos contribuíram para aumento da produtividade na lavoura e no desenvolvimento da agroindústria regional.

## 5. REFERÊNCIAS

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar tempo é possível? In: GASQUEZ, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA, 2010.

ANTONELLO, Joice Aparecida. **Análise dos principais elementos teórico-metodológicos utilizados por autores da Geografia ao estudar o Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2012.

BANCO DO BRASIL. Evolução Histórica do Crédito Rural. **Revista de Política Agrícola**, ano XIII, n. 4, Out/Nov/Dez 2004. Disponível na internet: [http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol\\_Agr\\_4\\_Artigo\\_02.pdf](http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_4_Artigo_02.pdf).

BURIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós Graduação em Sociologia política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **O Pronaf e o desenvolvimento da agricultura familiar do município de Flor da Serra do Sul/PR**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2010.

GERMER, Claus. A irrelevância prática da “agricultura familiar” para o emprego agrícola. **Revista da ABRA**. Volume 31, n.1, jan/abr 2002.

PADILHA, Willian. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2014.

COSTA, Luciano de Souza. O Cooperativismo: uma breve reflexão teórica. **Ciências Sociais em Perspectiva**. Volume 06 - Nº 11 - 2º semestre de 2007.

SANTOS, Alvorci C. **Agricultura Familiar e Sócio-economia Solidária**. Francisco Beltrão, 2000, Escola Sindical Sul, Projeto Terra solidária.

## 6. ANEXOS

ANEXO 01 – Questionário para realização de trabalho de conclusão aplicado aos produtores e associados a Cresol de Salgado Filho, PR.

### Do estabelecimento

Distância da propriedade em relação à cidade (em Km): \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Linha: \_\_\_\_\_

Tamanho da propriedade: \_\_\_\_\_

Tempo de aquisição: \_\_\_\_\_

#### 1. Forma de acesso ao lote:

- ( ) doação(indicar de quem) \_\_\_\_\_
- ( ) compra ( indicar de quem) \_\_\_\_\_
- ( ) arrendamento (valor e forma do arrendamento) \_\_\_\_\_
- ( ) cedido ( indicar por quem) \_\_\_\_\_
- ( ) herança \_\_\_\_\_
- ( ) outros meios (indicar qual) \_\_\_\_\_

#### 2. A propriedade possui benfeitorias:

- ( ) casa de madeira (indicar metragem) \_\_\_\_\_
- ( ) cada de alvenaria (indicar metragem) \_\_\_\_\_
- ( ) casa mista (indicar metragem) \_\_\_\_\_
- ( ) barracão para fumo (indicar metragem) \_\_\_\_\_
- ( ) aviário (indicar metragem) \_\_\_\_\_
- ( ) estrebaria (indicar metragem) \_\_\_\_\_
- ( ) galpão para máquinas (indicar metragem) \_\_\_\_\_
- ( ) galpão geral (indicar metragem) \_\_\_\_\_
- ( ) outros (indicar quais e a metragem) \_\_\_\_\_

### Caracterização do responsável pelo estabelecimento

#### 3. Sexo

- ( ) masculino
- ( ) feminino

#### 4. Quanto ao estado civil:

- ( ) casado ( ) solteiro ( ) viúvo ( ) outro (indicar) \_\_\_\_\_

#### 5. Quanto à idade:

- ( ) menos de 30 ( ) de 30 a 40 ( ) de 41 a 60 ( ) mais de 60

## 6. Quanto à escolaridade

- ( ) curso superior ( ) Completo ( ) incompleto: indicar curso \_\_\_\_\_  
 ( ) Ensino Médio ( ) Completo ( ) incompleto  
 ( ) primeira a Quarta série ( ) Completo ( ) incompleto: indicar série \_\_\_\_\_  
 ( ) Quinta a oitava série: indicar série \_\_\_\_\_  
 ( ) nunca frequentou à escola mas sabe ler e escrever  
 ( ) analfabeto

## 7. Quanto à participação em entidade e/ou movimentos representativos:

- ( ) participa de celebrações e movimentos da Igreja (indicar) \_\_\_\_\_  
 ( ) filiado a sindicato (indicar) \_\_\_\_\_  
 ( ) filiado a partido político (indicar) \_\_\_\_\_  
 ( ) filiado a cooperativa (indicar) \_\_\_\_\_  
 ( ) participa da associação de moradores(indicar função) \_\_\_\_\_  
 ( ) outro (indicar) \_\_\_\_\_

## 8. Possui imóvel urbano?

- ( ) sim  
 ( ) não

9. Em caso afirmativo: quantos? \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_

## 10. Possui outro imóvel rural ou arrendamento?

- ( ) sim  
 ( ) não

Indicar tamanho em hectares: \_\_\_\_\_

Município em que possui outra propriedade ou arrendamento: \_\_\_\_\_

## 11. Local de origem (nascimento) e se do campo ou cidade

- Sudoeste paranaense ( ) indicar qual município \_\_\_\_\_ ( ) urbano ( ) rural  
 Outro região do estado ( ) indicar qual município \_\_\_\_\_ ( ) urbano ( ) rural  
 Santa Catarina ( ) indicar qual município \_\_\_\_\_ ( ) urbano ( ) rural  
 Rio Grande do Sul ( ) indicar qual município \_\_\_\_\_ ( ) urbano ( ) rural  
 Outro estado brasileiro ( ) indicar qual: \_\_\_\_\_ ( ) urbano ( ) rural  
 Outro País ( ) indicar qual: \_\_\_\_\_ ( ) urbano ( ) rural

## 12. Tempo de residência no município em que mora atualmente:

- ( ) menos de 3 anos  
 ( ) de 3 a 5  
 ( ) de mais de 5 a 10  
 ( ) de mais de 10 a 20  
 ( ) acima de 20

**Da condição e estrutura familiar**

## 13. Quanto ao número de filhos:

- ( ) nenhum  
 ( ) de três a cinco  
 ( ) menos de três  
 ( ) mais de cinco

## 14- Das pessoas da família que moram na propriedade:

<b>Faixa etária</b>	Até 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	20 a 30 anos	30 a 40 anos	40 a 50 anos	Mais de 50
Grau de escolaridade								
Analfabeto								
1ª a 4ª série completa								
1ª a 4ª série incompleta								
5ª a 8ª série completa								
5ª a 8ª série incompleta								
Ensino médio completo								
Ensino médio incompleto								
Ensino superior completo								
Ensino superior incompleto								
Ensino Técnico completo								
Ensino Técnico incompleto								
Pós graduação completo								
Pós graduação incompleto								

## 15. Quanto ao trabalho dos filhos no lote:

- trabalham sempre  
 trabalham as vezes (indicar) \_\_\_\_\_  
 apenas alguns trabalham (indicar) \_\_\_\_\_  
 não trabalham (indicar) \_\_\_\_\_

## 16. Situação do trabalho do cônjuge

- é absorvido nas atividades domésticas \_\_\_\_\_  
 É constante nos trabalhos do lote ( indicar de que forma) \_\_\_\_\_  
 outro ( indicar) \_\_\_\_\_  
 não trabalha no lote, tem atividades em outro local(indicar qual) \_\_\_\_\_

## 17. Quanto a renda mensal da família:

- menos de um salário mínimo  
 um salário mínimo  
 de um a dois salários mínimos  
 de três a cinco salários mínimos  
 de cinco a dez salários mínimos

- ( ) mais de dez salários mínimos
18. Forma de deslocamento do lote para a cidade
- ( ) carro próprio
- ( ) ônibus (indicar tempo e valor da passagem) \_\_\_\_\_
- ( ) motocicleta
- ( ) trator
- ( ) a pé (indicar tempo) \_\_\_\_\_
- ( ) outro ( indicar qual) \_\_\_\_\_

19. Disponibilidade de bens de consumo duráveis e infra-estrutura na casa do agricultor:
- ( ) geladeira ( ) telefone ( ) televisão ( ) liquidificador ( ) computador
- ( ) rádio ( ) bateadeira ( ) ferro elétrico ( ) forno micro-ondas ( ) máquina de lavar roupa ( ) congelador ( ) água encanada ( ) luz elétrica ( ) automóvel
- ( ) banheiro ( ) vídeo cassete ( ) DVD

### **Das condições para produção**

20. Possui funcionário permanente:
- ( ) não ( ) sim Indicar quantos e função desempenhada: \_\_\_\_\_

21. Já realizou análise de solo:
- ( ) sim ( ) não

22. Sobre utilização de calcário:
- ( ) nunca utilizou
- ( ) usou a mais de 2 anos
- ( ) usa anualmente

23. Tipo de cultura desenvolvida:
- ( ) lavoura temporária (indicar quais produtos e a quantidade produzida) \_\_\_\_\_
- ( ) lavoura permanente (indicar quais produtos e a quantidade produzida) \_\_\_\_\_
- ( ) pecuária (indicar quais e quantos animais) \_\_\_\_\_
- ( ) hortaliças \_\_\_\_\_
- ( ) outra atividade( indicar qual) \_\_\_\_\_

24. Toda área da propriedade é aproveitada economicamente:
- ( ) sim ( ) não
- Em caso negativo indicar o motivo \_\_\_\_\_

25. Quais os recursos que o lote possui:
- ( ) água encanada
- ( ) energia elétrica
- ( ) fossa séptica
- ( ) instalações sanitárias
- ( ) telefone
- ( ) sistema de irrigação
- ( ) fonte natural
- ( ) poço artesiano

26. Atividades desenvolvidas na propriedade:

- ( ) somente agrícola  
 ( ) agropecuária  
 ( ) comercial (indicar) \_\_\_\_\_  
 ( ) industrial(indicar) \_\_\_\_\_  
 ( ) artesanal (indicar) \_\_\_\_\_

27. Área destinada a produção em hectares e quantidade de sacas colhidas

Produto	Área em hectares	Total de sacas colhidas
soja		
milho		
trigo		
Outro produto		

28. Quanto à renda mensal obtida através do trabalho na propriedade (salário base R\$678,00)

- ( ) nenhum rendimento  
 ( ) um salário mínimo  
 ( ) de um a três salários mínimos  
 ( ) menos de um salário mínimo  
 ( ) de três a cinco salários mínimos  
 ( ) mais de cinco salários mínimos

29. Existe rendimento obtido através de pensão ou aposentadoria?

- ( ) não ( ) sim, indicar valor: \_\_\_\_\_

29. Disponibilidade de máquinas e implementos:

- Tratores ( ) próprio ( ) alugado  
 Colheitadeiras ( ) próprio ( ) alugado  
 Plantadeiras tração mecânica ( ) próprio ( ) alugado  
 Plantadeiras tração animal ( ) próprio ( ) alugado  
 Pulverizador ( ) próprio ( ) alugado  
 Arado tração mecânica ( ) próprio ( ) alugado  
 Arado tração animal ( ) próprio ( ) alugado  
 Outros \_\_\_\_\_ ( ) próprio ( ) alugado

30. O que mudou em relação ao maquinário que tinha quando veio morar na propriedade e agora?

31. Quais as dificuldades hoje na propriedade?

### **Da comercialização da produção e da compra de insumos diversos**

32. Quanto à produção e seu destino:

- ( ) não produz  
 ( ) produz apenas para o consumo  
 ( ) produz para o consumo mas vende o excedente  
 ( ) produz basicamente para o mercado  
 ( ) não consegue produzir nem para a o consumo

33. Caso tenha relação com o mercado, local de comercialização da produção

- ( ) no próprio lote, após a colheita  
 ( ) no próprio lote, antes da colheita  
 ( ) na cidade (indicar de que forma) \_\_\_\_\_  
 ( ) outro local (indicar) \_\_\_\_\_

34. Destino da produção (para quem vende)

- ( ) cooperativa ou associação de produtores (indicar qual) \_\_\_\_\_  
 ( ) comércio varejista  
 ( ) comércio atacadista especializado  
 ( ) atravessadores (compradores autônomos)  
 ( ) ao consumidor (indicar como) \_\_\_\_\_  
 ( ) indústria (indicar qual) \_\_\_\_\_

35. Tipos de insumos utilizados:

- ( ) sementes selecionadas  
 ( ) inseticidas  
 ( ) fungicidas  
 ( ) adubos químicos  
 ( ) adubos orgânicos  
 ( ) calcários

36. Forma de aquisição dos principais insumos: marcar número conforme tipo: sementes selecionadas (1), inseticidas (2), fungicidas (3), adubos químicos (4), calcário (5)

Individual (1) (2) (3) (4) (5)

Em grupos informais (1) (2) (3) (4) (5)

Em grupos formais – ( ) associações ou ( ) cooperativas (1) (2) (3) (4) (5)

Outro (indicar) (1) (2) (3) (4) (5) \_\_\_\_\_

37. Pretende usar nos próximos anos:

- Produtos químicos ( ) sim ( ) não ( ) talvez  
 Controle biológico ( ) sim ( ) não ( ) talvez  
 Adubação orgânica ( ) sim ( ) não ( ) talvez  
 Adubação verde ( ) sim ( ) não ( ) talvez  
 Sementes selecionadas ( ) sim ( ) não ( ) talvez  
 Corretivos do solo ( ) sim ( ) não ( ) talvez  
 Semente Transgênica ( ) sim ( ) não ( ) talvez

38. Periodicidade do uso de insumos:

- Produtos químicos ( ) nesta safra ( ) 1 vez ( ) mais de 1 vez ( ) nunca  
 Controle biológico ( ) nesta safra ( ) 1 vez ( ) mais de 1 vez ( ) nunca  
 Adubação orgânica ( ) nesta safra ( ) 1 vez ( ) mais de 1 vez ( ) nunca  
 Adubação verde ( ) nesta safra ( ) 1 vez ( ) mais de 1 vez ( ) nunca  
 Sementes selecionadas ( ) nesta safra ( ) 1 vez ( ) mais de 1 vez ( ) nunca  
 Corretivos do solo ( ) nesta safra ( ) 1 vez ( ) mais de 1 vez ( ) nunca  
 Semente transgênica ( ) nesta safra ( ) 1 vez ( ) mais de 1 vez ( ) nunca

### **Da obtenção de recursos financeiros, assistência técnica e social**

39. Recebeu algum tipo de financiamento ou ajuda financeira para a produção



sim  não

Caso a resposta seja positiva, indicar à origem

ONG'S ( indicar qual) \_\_\_\_\_

Panela Cheia

Paraná 12 meses

Prefeitura

PRONAF

bancos - crédito oficial ( indicar qual) \_\_\_\_\_

outros( indicar) \_\_\_\_\_

40. Tem algum financiamento no momento?

não

Sim - Indicar valor \_\_\_\_\_

41. Utilizou PROAGRO na última safra?

sim  não

% \_\_\_\_\_

42. Quanto a assistência técnica

tem sido prestada regularmente

é prestada ocasionalmente

é prestada com precariedade

nunca foi prestada

43. Indicar o tipo de assistência que recebe:

agrônômica

técnica (cessão de equipamentos e máquinas)

política (organização das relações de produção e sua comercialização)

outra (indicar) \_\_\_\_\_

\*\*\*\*Caso tenha recebido indicar a origem:

EMATER ou ACARPA (indicar) \_\_\_\_\_

Cooperativa ( indicar) \_\_\_\_\_

prefeitura do município

outro ( indicar) \_\_\_\_\_

#### Dos custos da produção por safra

Produção de soja	Soja		Milho		Outra lavoura importante	
	R\$/hectare	R\$/ano	R\$/hectare	R\$/ano	R\$/hectare	R\$/ano
Manutenção de máquinas e equipamentos						
Manutenção e reparo em benfeitorias e instalações						

Combustível						
Máquinas e equipamentos terceirizados						
Mão-de-obra temporária						
Sementes						
Fertilizantes						
Agrotóxicos herbicidas						
Agrotóxicos inseticidas						
Agrotóxicos fungicidas						
Transporte externo						
Recepção/secagem/limpeza/armazenamento						
Frete						
Funrural						
Assistência técnica						
Proagro/seguro						

45. Quais as perspectivas do agricultor dentro das suas atividades para os próximos anos?

---



---



---



---



---

### Da associação à cooperativa

46. Tempo de associação à Cresol

( ) de um a dois anos

( ) de dois a três anos

( ) de três a quatro anos

( ) de quatro a cinco anos

( ) mais de cinco anos

47. Porque associou-se a Cresol?

48. Foi influenciado por algum amigo, vizinho e/ou parente?

49. Quais benefícios obteve ao associar-se a cooperativa?

50. Como qualifica a cooperativa atualmente?

( ) ruim ( ) regular ( ) bom ( ) ótima ( ) excelente

51. O que precisa mudar?